

POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Nádia Carvalho Arcênio Fraga

nadiaarzenio@yahoo.com.br

Prof. Dra. Maria Marta Lopes Flores

floresmariamartalopes@gmail.com

UFCAT- PPGEDUC

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a pesquisa em andamento sobre a análise das Políticas de Inclusão Escolar na Rede Estadual de Minas Gerais na cidade de Uberlândia na perspectiva dos professores do Ensino Comum e professores de Atendimento Educacional Especializado que atuam na Sala de Recurso Multifuncional, à luz da Abordagem do Ciclo de Políticas. A abordagem do ciclo de políticas, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, (1992), pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais e colaboradores. Buscou-se investigar a partir da delimitação do problema; Qual a perspectiva dos professores do Ensino Comum e professores de Atendimento Educacional Especializado que atuam nas Sala de Recurso Multifuncional, acerca das Políticas Públicas de Inclusão Escolar, vivenciadas em suas práticas nas escolas da Rede Estadual da Cidade de Uberlândia –MG ?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o contexto da prática nas perspectivas dos Professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado) que atuam nas SRMs (Salas de Recursos Multifuncionais) e Professores do Ensino Comum, que possuam alunos com deficiência em sala. Tem como objetivos específicos: Analisar o contexto de influência, compreendendo assim os elementos das políticas internacionais e nacionais que impactam políticas de inclusão escolar no Brasil e na Rede Estadual de Minas Gerias; Analisar as políticas de inclusão no Estado de Minas Gerais; Analisar o contexto da prática de política de inclusão no contexto da Rede Estadual de Minas Gerais, na perspectiva dos participantes envolvidos no processo de inclusão escolar, ou seja, os professores do Ensino Comum e professores da SRM.

Este trabalho é fundamentado na Abordagem do Ciclo de Políticas tendo como referencia os autores Ball e Bowe (1992), Lima (2009), Mainardes (2006), Mendes (2006; 2018), dentre outros. Esses autores darão sustentação nas análises das políticas públicas de inclusão. Essa abordagem constitui um referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais.

Caminhos metodológicos

A metodologia envolve a Abordagem do Ciclo de Políticas e os seus três principais contextos (influência, produção de texto e prática). Entretanto, esta pesquisa dar-se-á ênfase ao estudo do contexto da prática da política de educação inclusiva brasileira na perspectiva dos professores do AEE/SRM e professores do Ensino Comum que tenham alunos com deficiência, tendo como lócus de estudo as escolas da Rede Estadual de Minas Gerais na cidade de Uberlândia.

Foi realizada uma revisão de literatura em duas bases de dados: SciELO e BDTD, a busca ocorreu nos periódicos escolhidos em busca avançada, e por meio dos descritores com palavras-chave. A análise documental ocorre a partir da leitura e análise dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, para mapear a temática a partir das publicações documentais (Diretrizes, Normas, Resoluções, Leis), fim de discuti-las à luz do problema da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos, (2003, p.23) “...este tipo de pesquisa consiste na coleta de dados através da análise de documentos escritos ou não, configurando-se como de fontes primárias (documentos de arquivos públicos e privados, registros estatísticos, contratos entre outros)”.

Além da pesquisa documental e a revisão literária, foi utilizado o instrumento de coletas de dados através de questionário elaborado para os professores das instituições campos da pesquisa, sendo esses professores do AEE/SRM e de ensino comum que tenham alunos com deficiência em sala. Segundo Vergara, (2008, p.39) esta técnica é “um método de coleta de dados de campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”.

Nesse tipo de instrumento, não há a interação direta entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos na pesquisa. Esse tipo de instrumento, segundo Gil (2008, p 122),

(...) apresenta diversas vantagens: a) possibilita atingir grande número de pessoas (...); b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

A coleta de dados do questionário, que foi aplicado aos professores do AEE/SRM e professores de Ensino Comum, foi elaborado pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Formação de Recursos Humanos e Ensino (GP-FOREESP) sob a coordenação da professora Dra. Enicéia Gonçalves Mendes, da Universidade Federal de São Carlos da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Nessa perspectiva de acordo com Mainardes e Marcondes (2009, p.318) “o ciclo de políticas, como método de análise, é uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas, oportunizando ao pesquisador o acesso a mecanismos capazes de possibilitar maior efetividade na análise de políticas públicas”.

Para que a pesquisa acontecesse nas escolas, foi necessário o contato com a Secretaria Regional de Educação de Minas Gerais – Subsecretaria de Ensino Superior, apresentando o Escopo do Projeto de Pesquisa e o Parecer CAAE: 60714122600000164 aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Catalão - Goiás, após análise dos documentos foi enviado pelo e-mail institucional o parecer que autoriza a pesquisa na Rede Estadual. O responsável pela subsecretaria de Ensino Superior tratou de enviar o parecer anexado ao projeto de pesquisa as escolas a qual a pesquisa iria acontecer.

Os dois questionários foram enviados as escolas da rede estadual da cidade de Uberlândia atendendo a orientação da Superintendência Regional de Ensino - MG para os e-mails institucionais dos diretores que repassariam para os participantes da pesquisa, por esse motivo o questionário foi enviado pelo Google Forms.

As respostas foram registradas virtualmente através do Google Forms, gerando gráficos e tabelas para o acompanhamento, em seguida foram feitos os cálculos das pontuações de cada questão que tem valores específico e em seguida será feito a análise dos resultados que irá ao encontro dos quesitos de cada grupo de questões do questionário.

A seleção dos participantes para a pesquisa seguiu alguns critérios; de inclusão ser professores efetivo ou designados que atuam como professores de AEE - SRM e

Professores de Ensino Comum, com mais de 2 anos no cargo e que tenha alunos com deficiência em sala de aula; e critério de exclusão professores que tenham menos de 2 anos no cargo ou que não queiram fazer parte da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES

Por ser tratar de uma pesquisa em andamento os resultados são parciais, porém, já no primeiro quesito que é Formação inicial tanto os professores de Sala Comum como os professores de SRM que responderam aos questionários, tem ensino superior completo ou seja 100% e apenas 1 do Ensino Comum não tem especialização, ou seja 99% tem especialização e atendem este quesito, este primeiro resultado mostra que para atuar na educação especial SRM e Ensino Comum na Rede Estadual de Minas Gerais, o professor deve ter como base de sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, exigências essas que faz parte das políticas públicas vigentes. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação.

REFERÊNCIA

GIL, A. C. 2008, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. p. 122

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A, 2003. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2008, p. 23

MAINARDES, J. 2006b. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p.47-69, jan./abr2006b. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxYtCQHCFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 13 out.2023

MAINARDES, J.; & MARCONDES, M. I. (2009) Entrevista com Stephen J. Ball: **um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional**. Educação & Sociedade, Campinas. v. 30, n. 106, 305-318, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 13 out.2023

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. Atos de pesquisa em educação, Blumenau, v.1, n. 2, p.94-105, maio/ago.2006. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/34> Acesso em: 13 out.2023

VERGARA, S. C. 2008, Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas. p. 39